

# O galosocialismo e o quebranto

REFLEXÕES  
SOBRE O  
GOVERNO  
MITTERRAND

LUIZ FELIPE DE ALENCASTRO



Mitterrand: o socialismo pelo voto

A o cabo desses desoladores anos 70, onde as trágicas derrotas latino-americanas e as catastróficas vitórias asiáticas vieram plantar novos antimodelos na esburacada estrada do socialismo, que perspectivas existem na vitória eleitoral dos socialistas franceses?

Pondo de lado toda pretensão normativa na interpretação dos acontecimentos, é possível alinhar algumas reflexões sobre a experiência que será, positiva ou negativamente, catalogada como "a via francesa para o socialismo".

É preciso lembrar que a esquerda atravessou uma longa *via crucis*, em que paulatinamente foi levada a submeter-se e adaptar-se, para finalmente subir ao governo de instituições políticas inicialmente criadas para desfavorecê-la. O referendo de 1962, que autorizou a eleição direta do presidente da República, estabeleceu um regime semipresidencial, que, acoplado a um Parlamento domesticado e à administração extremamente centralizada que caracteriza a França desde a época napoleônica, desembocou no que Maurice Duverger chama de *monarquia presidencial*.

Ao apresentar-se em 1965 como candi-

dato único das esquerdas contra a candidatura de de Gaulle, François Mitterrand afirma-se como líder da oposição. Mas ao mesmo tempo confere plena legitimidade às instituições da V República, que até então combatia.

Dessa forma, a perspectiva de uma alternância de esquerda na presidência contribui para arrefecer a polêmica sobre a natureza ditatorial ou democrática do regime.

De Gaulle, cuja legitimidade vinha da história, apresentava-se como símbolo da unidade nacional. Ungido pela Resistência durante a II Guerra Mundial, o general taumaturgo institucionalizara sua ação política por meio de eleições e referendos, em que captava principalmente os sufrágios conservadores. De fato, de Gaulle, que obteve 45 por cento dos votos operários em 1965, também recolhia os votos do eleitorado populista e do eleitorado jovem, feito que Pompidou e muito menos Giscard d'Estaing não conseguiram reproduzir.

As eleições mostravam regularmente que a base eleitoral do general era sociologicamente mais heterogênea do que a base eleitoral da maioria que o sustentava no Parlamento. Em 1969 reconstrói-se, em

torno de Pompidou, a frente conservadora que a audaciosa política externa de de Gaulle havia cindido. Essa redistribuição das cartas permite um melhor entrosamento entre a maioria presidencial e a maioria parlamentar. Mas, nesse retorno a suas bases naturais, a direita esgota as reservas eleitorais de que dispõe.

A partir dessa data, a dominação conservadora depende menos de sua própria dinâmica do que de um fator que escapa ao seu controle: a desunião das forças de esquerda.

É também em 1969 que a velha oposição da esquerda não-comunista se renova, quando Alain Savary reorganiza a Seção Francesa da Internacional Operária (SFIO) no novo Partido Socialista. Mas é no congresso de Epinay em 1971 que Mitterrand e os diferentes *clubs* republicanos e socialistas tomam o controle do novo partido e centram sua estratégia na união com o Partido Comunista.

No ano seguinte nasce o programa comum de governo. Em 1974, pela segunda vez, Mitterrand apresenta-se como candidato da esquerda à presidência. A margem diminuta com que Giscard é eleito (0,8 por cento dos votos) deixa claro que a re-inserção dos gaullistas no campo da direita, realizada em 1969 com a eleição de Pompidou, tornara a dominação conservadora vulnerável no coração das instituições da V República: a eleição presidencial.

Impulsionada por um movimento unitário que a derrota de Mitterrand não enfraquecera, a esquerda sacode a poeira e prepara a volta por cima. Logo após as eleições de 1974 são convocadas as assembleias socialistas, que terminam com adesão ao PS de sindicalistas e militantes da esquerda autogestionária. Entre eles se encontra Michel Rocard. A ascensão política de Rocard é o símbolo de reconciliação das correntes clericais e anticlericais do movimento popular, cuja ruptura, herdada da Revolução de 1789, embaraçou a esquerda durante décadas.

Por outro lado, ao contrário da SFIO, o novo PS começa a incorporar as camadas sociais que se dirigiam para a esquerda, com a extensão do assalariamento e da urbanização.

Apesar do movimento unitário nas bases, a união da esquerda repousava sobre um equívoco: cada partido esperava controlar o outro. Progressivamente os comunistas enfiavam-se no impasse em que estão

até hoje. Se apóiam posições do PS, se apagam. Quando as contestam, se enfraquecem.

À medida que o PS cresce eleitoralmente e toma corpo, o PC muda radicalmente de tática. Após romper a união com o PS e com os radicais de esquerda, sua direção reaproxima-se da União Soviética. Quebra assim o consenso "eurocomunista" que a ligava aos partidos comunistas italiano e espanhol. Desunidos nas eleições legislativas de 1978, o PC e o PS aplicarão ainda, aos trancos e barrancos, a "disciplina republicana" que previa a desistência recíproca em favor do candidato de esquerda mais bem colocado no segundo turno das eleições.

Surge então, em dezenas de distritos eleitorais, a demonstração empírica do silogismo azarado que parecia selar o destino da esquerda: a) o PC só aceitava a união se estivesse em posição dominante; b) quando o PC estava em posição dominante a esquerda definhava eleitoralmente; c) sem apoio do PC, o PS jamais chegaria ao poder.

Naturalmente, esse bloqueio vai levantar, no próprio interior do PS, uma série de questões sobre a estratégia unitária pregada por Mitterrand. Reaparece então a nítida clivagem que separa a esquerda *sociétale* da esquerda *étatique*.

Esta última, reunida em torno de Mitterrand, continua a tradição centralizadora e estatizante. Propõe como objetivo principal o controle do aparelho do Estado, instrumento privilegiado de transformação da sociedade. Perspectiva em que as nacionalizações têm papel fundamental. No plano político, essa linha se traduz pela organização de todos os assalariados numa "frente de classe" (diferente da noção de "vanguarda operária" defendida pelos comunistas) e pela aliança eleitoral com o PC.

Para a esquerda *sociétale*, representada por Rocard, herdeira do chamado socialismo "utópico", pré-marxista (que florescera de novo em maio de 1968), os objetivos eram outros. Tratava-se de desenvolver as experiências autogestionárias capazes de transformar as relações de produção, de reforçar a vida associativa e os múltiplos componentes do movimento social. Abandonava-se a união a qualquer preço com o PC, a fim de estender as alianças com os movimentos regionalistas, ecológicos, feministas e outras correntes da nova esquerda. Assim se formaria uma

**Mitterrand  
- com  
o ímpeto do  
trem-bala -  
relançou uma  
bela invenção  
do século XIX**

"nova camada de vanguarda", capaz de ultrapassar os "arcaísmos" que entravavam o avanço do PS.

Como no PS as tendências são estatutariamente organizadas, o debate entre facções encrespou os congressos do partido, dando a impressão de que a esquerda estava às vésperas de um processo de fragmentação e de nova derrota. Cinco meses antes das eleições do ano passado, as sondagens revelavam que 72 por cento dos eleitores acreditavam que Giscard seria reeleito, enquanto só 6 por cento faziam fé em Mitterrand.

O ceticismo dominante na oposição embaçou a percepção do descontentamento que atravessava o país. Giscard tornou-se mais seguro de si e as forças conservadoras ainda mais arrogantes.

Algumas semanas depois, numa calma primavera, um terremoto sacode a França. Como o trem-bala que, ligando Paris a Lyon a 300 quilômetros por hora, reatualizou um transporte do século passado, o

candidato da esquerda assume a presidência relançando outra bela invenção do século XIX : o socialismo.

**O grande trunfo**

Retrospectivamente evidencia-se que uma das grandes habilidades do atual presidente foi a de reunir no PS homens e correntes bastante diversos uns dos outros. E mais ainda: ter conseguido mantê-los unidos na adversidade. Entretanto isto não bastaria para vencer uma eleição à presidência com vantagem de mais de 1 milhão de votos sobre o adversário.

E claro que Mitterrand beneficiou-se do fastio de uma parte do eleitorado conservador e da aversão que Giscard tinha suscitado. Mas seu grande trunfo foi conquistar a confiança dos eleitores comunistas *contra* a direção do PC, capitalizando assim um trabalho de persuasão iniciado em 1965. No primeiro turno das eleições, um quarto desses eleitores preferiu votar em

**PUBLICAÇÕES CEBRAP**

**Livros**

Elza Berquó e outros - A fecundidade em São Paulo  
Candido Procopio Ferreira de Camargo - Igreja e desenvolvimento  
Candido Procopio Ferreira de Camargo e outros - São Paulo 1975: crescimento e pobreza  
Bolivar Lamounier (org.) - Voto de desconfiança  
Paul Singer e Vinícius Caldeira Brant (orgs.) - São Paulo: o Povo em movimento  
Francisco de Oliveira - Economia brasileira: crítica à razão dualista

**Seleções CEBRAP**

José Arthur Giannotti - Exercícios de filosofia (nº 2)

**Cadernos CEBRAP**

E. Berquó, M.L. Milanesi e J.R. Prandi - Aspectos biológicos da fertilidade  
Carlos Estevam Martins - Brasil-Estados Unidos dos 60 aos 70  
Fernando Henrique Cardoso - Notas sobre Estado e dependência  
F.R. Madeira e Paul Singer - Estrutura do emprego e trabalho feminino no Brasil: 1920-1970  
Cardoso, Candido Procopio, Kowarick e Singer - Considerações sobre o desenvolvimento de São Paulo: cultura e participação  
Juarez Brandão Lopes - Do latifúndio à empresa  
Plínio de Arruda Sampaio - Capitalismo estrangeiro e agricultura no Brasil  
Geraldo Muller - Estado, estrutura agrária e população  
Fernando Henrique Cardoso - As idéias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento  
Guaracy A. de Souza e Vilmar Faria (orgs.) - Bahia de todos os pobres  
Maria Andréa Loyola - Os sindicatos e o PTB

**Estudos de População**

- Sertãozinho (São Paulo)  
- Cachoeiro de Itapemirim (Espírito Santo)  
- Santa Cruz do Sul (Rio Grande do Sul)

**Estudos CEBRAP**

Números 6, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 24, 25, 26, 27

*À venda nas livrarias ou através de pedidos ao CEBRAP.*

Mitterrand a votar em Marchais. No segundo turno, sua esmagadora maioria veio às urnas trazer votos a Mitterrand, em vez de se abster, ou de votar em Giscard. Hoje é notório que a direção do PC deu, discretamente, orientações nesse sentido (abstenção ou Giscard). O autor dessas linhas ouviu de um membro do Comitê Central, dez dias antes das eleições, a justificação dessa "análise": a classe operária tem mais interesse em manter-se unida e combativa com Giscard do que ficar desorientada e dividida com Mitterrand.

Paralelamente à consolidação da união da esquerda em torno de Mitterrand, as eleições também mostraram que a massa dos eleitores corrigira os vícios institucionais do regime. Reconhecia a hegemonia do projeto presidencial sobre o outro pólo de poder, isto é, a representação parlamentar.

Nas eleições legislativas de junho fracassou a tática da direita, que tentou convencer os eleitores de que era preciso enviar a Assembléia uma maioria parlamentar conservadora para "reequilibrar o poder político". As eleições legislativas confirmaram o fato presidencial. O partido do presidente recolhe a maioria absoluta no Parlamento, em detrimento dos partidos conservadores e do PC.

A consolidação recente do sistema híbrido que existe na França é assinalada num importante relatório de altos funcionários que fazem o balanço da situação atual do país: "este regime é o único no mundo que soube conciliar a preeminência presidencial e a bicefalia do Executivo". É também "o único que soube conciliar parlamentarismo e estabilidade governamental".

Estas são as condicionantes decisivas da política atualmente posta em prática na França. Os socialistas dispõem dos elementos cuja ausência debilitou as experiências similares tentadas em outros regimes democráticos: a estabilidade e a permanência. Chova ou faça sol, Mitterrand será presidente por sete anos, e contará com amplos poderes.

Além disso terá maioria absoluta no Parlamento, no mínimo por mais quatro anos. É neste ponto que a experiência atual difere do Governo de frente popular dirigido por Léon Blum em 1936 (duração: um ano), do Governo de Mendès-France em 1954 (duração: seis meses) e da situação que delimita o horizonte dos socialistas

e dos comunistas na Itália, na Espanha ou em Portugal.

Pela primeira vez no século XX, um Governo socialista e comunista chega ao poder por via eleitoral, sem desencadear uma explosão reivindicatória, num país industrialmente avançado, dispondo de sólidas instituições, de uma administração competente, de um setor nacionalizado eficaz e de uma política externa independente.

Esse feixe de circunstâncias tem uma série de implicações. A médio prazo será testada a viabilidade de uma forma de socialismo mais radical que a social-democracia, num país avançado e em regime democrático.

Mas também serão verificadas a coerência e a eficácia de uma resposta socialista à crise econômica, no momento em que a maior parte dos países ocidentais adota soluções diametralmente opostas, que suprimem ou abalam as vantagens sociais e trabalhistas, obtidas a duras penas nos últimos decênios, pelo movimento popular.

De fato, no plano econômico o Governo socialista tomou a decisão audaciosa — temerária, segundo alguns — de reativar a economia francesa quando a economia ocidental está sendo desaquecida pela política de inspiração monetarista aplicada, com maior ou menor intensidade, em diversos países industrializados.

O objetivo da política francesa é reduzir rapidamente o desemprego e melhorar o nível de vida da população. Para atingir um crescimento de 3 por cento ao ano, o Estado implementará importantes programas de investimento público e privado. A nacionalização de nove grupos industriais e dos grupos bancários dará aos poderes públicos a margem de manobra necessária para agir

O setor privado deverá beneficiar-se de um aumento do consumo popular (resultado do aumento dos baixos salários e das prestações sociais), mas também de uma ação direta do Estado, em particular nos setores da construção civil e das obras públicas.

Herdeiro de um socialismo do século XIX, que se preocupava sobretudo com a redistribuição da renda, o socialismo francês pretende estimular também a eficácia. Note-se que, no país de Colbert, a intervenção do Estado não é sinônimo de incompetência. As indústrias Renault (automóveis e caminhões), a SNCF (estradas de

**Chova ou faça sol, ele será presidente por sete anos e com amplos poderes**

Até 1985  
a semana  
de trabalho  
será reduzida  
para 35 horas

ferro), os Correios e o ensino público mostram cotidianamente que o setor público pode ser administrado com lucro e eficiência.

De qualquer forma está estabelecido que as nacionalizações não irão além do que foi programado. O setor privado continuará assegurando o essencial do crescimento econômico. A livre concorrência regulará os preços. E a poupança será protegida e estimulada para financiar a indústria de maneira liberal, através dos mecanismos do mercado financeiro. Fundamentalmente, a economia francesa continuará sendo uma economia de mercado.

### Problemas à vista

Entretanto, vários problemas econômicos já aparecem no horizonte. Embora a demanda tenha aumentado, os investimentos demoram a retomar o ritmo de alguns anos atrás, visto que a crise neste setor começou bem antes da chegada dos socialistas ao poder.

A médio prazo se colocará o problema do financiamento do déficit orçamentário, alargado pelo programa social do Governo. A alternativa está entre o aumento da pressão fiscal ou o financiamento monetário, que irá acelerar a inflação.

Por outro lado, a retomada do consumo aumentou a demanda de bens duráveis, o que avolumou as importações e o déficit da balança comercial. Dada a capilaridade das economias européias, é pouco provável que o Governo ceda à tentação protecionista. Mas o tema da "reconquista do mercado interior" aparece freqüentemente nos discursos oficiais.

A própria política social do Governo é tributária de uma correlação de forças nas fábricas que não foi alterada pela eleição de Mitterrand. Nesse sentido, as dificuldades levantadas pela aplicação da lei que reduz a semana de trabalho de 40 para 39 horas (até 1985 a semana de trabalho será reduzida para 35 horas) são exemplares.

A lei fixa o máximo de horas legais. O montante de horas efetivas depende de negociações diretas entre os sindicatos e os patrões. Certos empresários se limitaram a conceder uma redução de doze minutos por dia enquanto recuperavam outro tanto, e às vezes mais, na reorganização das atividades da empresa. Paradoxalmente, alguns assalariados estão arriscados a trabalhar mais, depois da vigência da lei.

Essa demonstração cristalina da luta de

classes suscitou reações que ilustram as diferentes concepções que atravessam o socialismo francês.

A Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), poderosa e próxima do PC, acha que o Estado deve intervir mais diretamente e que o Governo de esquerda deve bancar todos os conflitos sociais que surgem. Combate a redação atual da lei, exigindo que o máximo legal seja fixado já em 38 horas e que a legislação obrigue o patronato a reduzir o tempo de trabalho sem a contrapartida de uma redução de salários.

Apoiado pela Confederação Francesa Democrática do Trabalho (CFDT), central sindical representativa da esquerda autogestionária, o Governo concederá a redução a 39 horas sem diminuição de salários, no setor público, onde ele próprio é patrão. Também exige que o setor privado aplique esse princípio em benefício dos trabalhadores que recebem o salário mínimo, mas para os outros assalariados as coisas são diferentes. Segundo o ministro do Trabalho: "Não se pode ter ao mesmo tempo mais tempo livre e mais renda monetária; pretender o contrário seria mentir aos franceses. A responsabilidade começa pela prática partilhada do realismo".

Da mesma maneira, resistências de todo tipo atrapalham a aplicação das leis que reduzem a aposentadoria a 60 anos e concedem uma quinta semana de férias aos trabalhadores.

É bom lembrar que, ao contrário dos social-democratas britânicos e escandinavos, os socialistas franceses não controlam nenhum aparelho sindical. Esta carência obrigou o PS a transformar-se em correia de transmissão da política governamental. Mudança que sufocou parcialmente os movimentos de base e a diversidade de tendências que constituíam a originalidade e a riqueza do partido.

Essa situação é mais incômoda ainda porque, preocupado em avançar rápido, o Governo tem prestado pouca atenção às reivindicações de seus próprios deputados. Se isto perdurar, pouco a pouco secarão as fontes que deram aos socialistas as suas propostas mais férteis. E o Governo se isolará à medida que for se cercado da desastrada e sempre viva camada de tecnocratas socialistas.

A passagem do socialismo a uma forma insidiosa de assistencialismo é um perigo real. Por exemplo, como ficou claro na

aplicação das novas leis trabalhistas, o PC e a CGT insistem em obter *mais* (mais nacionalizações, mais centrais nucleares, mais impostos sobre o capital, mais acesso aos mídia oficiais). Desenvolvem, entretanto, poucas iniciativas para que se possa *viver melhor* (mudanças nas relações sociais, na organização do trabalho, no modelo produtivista que condiciona a economia e a sociedade).

Mesmo se o chamado "movimento social" não aparece como força autônoma, a política governamental e a política sindical seguem dinâmicas diferentes, que são eventualmente conflitivas.

De qualquer maneira, o problema da aliança entre o PC e o PS se colocará a médio prazo. As recentes eleições parlamentares parciais, onde os quatro candidatos socialistas foram batidos pelos gaullistas, mostraram o perigo que a esquerda corre quando o PC está muito fraco.

Alguns analistas insinuam que os comunistas estão atacados pela necrose e que hoje em dia só 10 ou 11 por cento dos eleitores votariam nos candidatos do PC. Se esta hipótese se verificar nas eleições locais, o PS estará em maus lençóis, pois terá de obter 40 por cento dos votos, o que é praticamente impossível de ser atingido no quadro eleitoral francês.

Diante disso a alternativa é limitada. Ou o PC muda de linha e retoma um pouco do terreno que perdeu, ou os socialistas instauram o sistema proporcional nas eleições e se amarram a grupos do centro (gaullistas e radicais de esquerda) e ao eleitorado da "nova esquerda" (ecologistas, PSU, regionalistas).

Neste caso as hostilidades com o PC e, o que é mais grave, com a CGT serão inevitáveis. Por outro lado, o Governo terá de estruturar seu próprio braço sindical, "funcionarizando" a CFDT.

Como se vê, a questão das alianças traz em seu bojo uma série de problemas políticos que poderão reativar as tendências no interior do PS. Por enquanto não há problema. A vitória uniu os socialistas em torno de Mitterrand e o programa do hábil presidente sintetiza as diferentes propostas. Assim, a extensão das nacionalizações é equilibrada por uma importante descentralização administrativa e fiscal que satisfizes plenamente os autogestionários.

O coroamento desse acordo deu-se com a nomeação de Rocard para o Ministério do Planejamento. Nos momentos mais

difíceis de sua carreira política, Mitterrand dizia que se sentiria altamente gratificado se conseguisse criar um partido socialista forte e dinâmico. Hoje, depois de sua vitória eleitoral, essa tarefa parece secundária, mas a médio prazo ela retomará toda a sua importância.

No campo da política externa, os socialistas estão envolvidos num equívoco que não vem de hoje. Alfred Grosser explicou bem o assunto. A maioria dos franceses acha que de Gaulle realizou uma grande jogada durante a guerra ao transformar a França, país derrotado e humilhado, em país vencedor. Em potência do nível da Inglaterra, dos Estados Unidos e da União Soviética. Ora, essa situação atrapalhou a percepção do enfraquecimento do país, ligado à decadência de seu império colonial.

Como a Alemanha Ocidental estava manietada, a França gaullista, com sua força nuclear e meia dúzia de países-satélites na África negra, continuou a alimentar a ilusão de que podia falar grosso na arena internacional. A viagem de de Gaulle à América Latina em 1965 é um bom exemplo desse erro de avaliação.

Mitterrand assumiu a herança desse mito, mas sua margem de manobra é reduzida. E claro que o Governo socialista não pode fazer grande coisa para influir no rumo dos acontecimentos na América Latina.

Tudo bem. Mas pode fazer algo na África negra onde tem bastante influência. E lá os socialistas não se mexem. Continuam a apoiar os "presidentes" Bongo, no Gabão, Mobutu, no Zaire, e outras figuras mais sinistras noutros países.

Parece ingênuo esperar que a diplomacia francesa fuja às exigências da Realpolitik. Não tendo cacife para garantir mudanças nas relações internacionais, ela deverá contentar-se com ações no domínio do simbólico. Arma pouco eficaz, como se viu no caso da Polônia.

Na verdade, o destino do galo-socialismo se realizará na própria França, onde ele pode bancar um imenso avanço histórico para o resto da humanidade. Isto é, liquidar o quebranto que faz com que os cânticos do socialismo só possam ser entoados pelos anuns-brancos nórdicos, que desafinam quando o tempo muda, ou pelos assuns-pretos do Leste, que só cantam engaiolados e de olhos furados. Vasto programa!

**Os socialistas  
ainda apóiam  
sinistros  
ditadores em  
toda a África**